

JORNAL DE BRASÍLIA

Tentativa e erro

09 ABR 2003

Por orientação do presidente do Senado, José Sarney, o senador João Alberto (PMDB-MA) propôs que o PMDB fechasse questão em favor de Antonio Carlos Magalhães no Conselho de Ética, votando em bloco – o partido tem quatro votos – contra abertura de processo por quebra de decoro parlamentar.

A proposta não foi sequer considerada. Por dois motivos: primeiro, julgamento ético não é uma questão partidária e, segundo, político, um ente de exacerbado instinto de sobrevivência,

chora no enterro mas não sobe junto ao cadasfalso com ninguém.

Não por outra razão, os líderes do PDSB, PMDB, do governo e até do PFL passaram a dizer com todos os efes e erres que o envolvimento do senador baiano no caso das escutas telefônicas ilegais na Bahia já está devidamente comprovado.

Aliás, o próprio ACM parece estar convencido da dificuldade de apresentar uma defesa consistente. Convidado na semana passada, em sessão do Con-

selho de Ética transmitida pela TV Senado, a prestar seu depoimento, o senador protela o momento de se explicar a seus pares alegando que não recebeu comunicação oficial.

Diz que não pode comparecer nesta semana, pois precisa de tempo para preparar seus argumentos. Considerando que o caso está há dois meses no noticiário, que as acusações são conhecidas e que, em tese, para se ver livre delas bastaria ao senador emprestar verossimilhança às suas razões, o silêncio não soa nada inocente.